

ATA DA 108ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiadini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência gostaria de cumprimentar o prefeito de Imaruí, Manoel Viana de Souza, e desejar-lhe as boas-vindas.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, srs. deputados, sras. deputadas, aqueles que nos acompanham pela TVAL e também pela Rádio Alesc Digital.

(Passa a ler.)

"Hoje, 25 de novembro é o dia de Santa Catarina, nome do nosso estado, um dos únicos

estado que tem o nome de uma mulher. Catarina nasceu na cidade egípcia de Alexandria, uma moça muito bonita, sábia e guerreira, conhecida também como a grande mártir, Santa Catarina desafiou o imperador romano Maximiano quando tentou convencê-lo a não perseguir os Cristãos e censurando-o por sua crueldade.

Era uma defensora intransigente da justiça social, dos navegantes, dos filósofos, uma mulher à frente do seu tempo. Foi presa, torturada e decapitada aos 18 anos de idade pelas suas convicções. Nesta tenra idade já fazia suas grandes lutas em defesa das suas convicções, em defesa daqueles que mais necessitava.

Uma mulher, assim como tantas outras mulheres, que ousou romper com o silêncio, que ousou romper com as injustiças de um ciclo de violência e perseguições e que hoje dá o seu nome ao nosso estado.

Há exemplo das irmãs dominicanas mirabal, (Patria, Minerva e Antônia), mesmo perseguidas, presas, torturadas, construíram um movimento de oposição ao então ditador Rafael Trujillo.

Conhecidas como Las Mariposas, foram assassinadas em 25 de novembro de 1960. Em 17 de dezembro de 1999, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou que 25 de novembro é o Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra a Mulher, em homenagem ao sacrifício de Las Mariposas.

Hoje, é um dia de luta em defesa de todas as Catarina, Pátrias, Minervas, Antônias, Anas, Marias, e todas as mulheres que sofrem ainda com a questão da violência.

No Brasil, esta campanha iniciou no dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra.

Em Santa Catarina, a Lei n. 16.165, de 12 de novembro de 2013, criou a semana estadual de mobilização e combate à violência contra a mulher. De acordo com a lei, a última semana de novembro, deve ser um momento de reflexão, de mobilização e de construção de proposições para o fim de toda e qualquer violência contra as mulheres, pois quem

machuca uma mulher, machuca uma família e a sociedade.

Com base em dados disponibilizados pela secretaria de Segurança Pública, verificamos que apenas no primeiro semestre de 2014 foram registrados na Polícia Civil 23.135 boletins de ocorrências por violência doméstica contra a mulher. Destes: 282 boletins de ocorrências, envolvem crianças; 1.392, adolescentes; 20.306, mulheres adultas; 1.060, idosas e 95, não informaram a idade.

Mas o que me causa estranheza é que no primeiro semestre de 2014, 12.058 mulheres e meninas procuraram a Polícia Civil para registrar que, no âmbito doméstico, estavam sofrendo ameaças e, 6.248 mulheres e meninas registraram serem vítimas de lesão corporal. Pergunto: será que o estado de Santa Catarina conseguiu investigar, punir e tratar esses agressores conforme está garantido na Lei Maria da Penha? Que garantias nós temos que essas mulheres estão protegidas e não continuam vivenciando essa situação de violência doméstica? Precisamos que compreendam a necessidade desta Casa contribuir ainda mais para a eliminação desta forma de violência.

São muitos os recursos do governo federal para estados e municípios pactuarem ações que tenham como objetivo o fim da violência contra a mulher. Precisamos apenas de vontade política dos gestores locais para construirmos os equipamentos sociais necessários de proteção às mulheres. Cito, por exemplo, a Casa da Mulher Brasileira, convênio assinado há cerca de um ano, com a presença da ministra Eleonora Menicucci e com o governador do estado, que agora definiu a área para a sua construção no bairro Agrônoma, próximo à Delegacia da Mulher. A Casa da Mulher Brasileira, um dos eixos do programa Mulher, Viver sem Violência, reunirá serviços de delegacia especializada no atendimento à mulher e contará com juizado e varas, defensoria, promotoria, equipe de atendimento psicossocial, orientação para emprego e renda.

Porque essas mulheres nesse tipo de atendimento, a partir do momento que elas fazem a denúncia, a partir do momento que é afastado o agressor, elas também estão num estado muito fragilizado. Por isso, esta Casa vai oferecer diversos serviços, tanto na área social como também para que elas possam adquirir a independência financeira para cuidar, enfim, dos seus filhos.

A estrutura física ainda contará com brinquedoteca, auditório, alojamento de passagem e espaço de convivência para as mulheres.

Os recursos para sua construção e manutenção serão disponibilizados pelo governo federal. É fundamental que Santa Catarina inicie essa obra que vai salvar a vida de muitas mulheres.

É necessário, ainda, que as nossas prefeituras tenham secretarias ou coordenadorias de políticas para as mulheres e implementem o Conselho dos Direitos da Mulher.

São muitas as possibilidades de projetos e podemos construir campanhas que dialoguem com a sociedade sobre a violência contra a mulher e incentivem as denúncias via Disque 180, além de recursos para casas abrigos e centros de referência.

Que esse 25 de novembro, Dia de Santa Catarina e Dia Internacional de Luta pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, inspire-nos a construir políticas públicas que permitam viver uma vida sem violência, que é um direito de todas nós."

É um direito de todos viver na cultura da paz.

Temos que dar condições para que essas mulheres se libertem, para que elas possam criar seus filhos. Nós vivemos numa sociedade com cada vez mais mulheres.

Direitos humanos existem e somente vão ser garantidos quando garantirmos os direitos das mulheres, porque são elas que são geradoras da vida, que cuidam de todos nós, que são as orientadoras para um mundo melhor, e elas precisam ser respeitadas e valorizadas.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputada, por falar da importância do papel da mulher, que é, de fato, a primeira a responder pelas diferentes circunstâncias, não somente dentro da própria família, mas em toda a sociedade, saiu agora mesmo uma pesquisa mostrando a diminuição da desigualdade entre os que mais ganham e os que menos ganham nas 16 regiões metropolitanas do nosso país.

Acho que é um índice importante e é bom relacionarmos a essa temática da mulher, porque ela é a primeira a responder por tudo e convive, muitas vezes, com essa realidade, que a faz não somente sofrer, mas, ao mesmo tempo, causa uma distância entre as relações sociais como um todo.

Com a palavra o próximo deputado inscrito, deputado Sarafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados e prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação e nas galerias desta Casa.

Em nome da deputada Ana Paula Lima, quero cumprimentar todas as mulheres que, a exemplo de Santa Catarina, ajudaram pouco a pouco dando a sua contribuição, ao seu tempo e, à frente de seu tempo, ajudando a mudar a realidade nas relações, na disputa social, entre homem e mulher, porque essa diferença gritante ainda existe em tantos setores, até mesmo na questão do salário, dos pagamentos, dos honorários, entre homens e mulheres que fazem o mesmo ofício, pois é comum a mulher ganhar menos do que o homem.

Mas tudo isso são conquistas e, certamente, essa e tantas outras conquistadas que temos pela frente dependem, naturalmente, da imposição da mulher dentro dessa disputa democrática.

Mas queria, sr. presidente, destacar um assunto muito recorrente que, certamente, os deputados que precisam vir à capital toda semana, deixaram de reclamar por esgotamento, por fadiga, ou seja, como não conseguem resolver a situação, não reclamam mais. Eu que venho de Brusque todos os dias, pela manhã, geralmente, tenho que me programar para levantar às 5h30 porque 1h15 ou

1h30 demoro apenas para chegar ao entroncamento da BR-101 com a BR-282, que é esse trecho aqui da Via Expressa, que dá acesso a Florianópolis, um trecho de 5 ou 6km.

Isso tudo por conta de que muita gente que vem a Florianópolis, que entra na ilha, outros que estão na própria BR, para pegar o acesso para entrar na ilha, ficam estagnados no meio do trânsito. E, certamente, a construção do contorno viário na Grande Florianópolis seria, sim, uma das alternativas para tirar um pouco do trânsito que todas as manhãs, praticamente o dia inteiro, ocorre aqui na BR-101, enquanto algumas pessoas poderiam estar trafegando no contorno entre Biguaçu, Palhoça, Governador Celso Ramos para tirar o volume grande de movimento e facilitar um pouco, não vai resolver, a mobilidade. E quem sabe também com a construção do contorno na BR-101, muitos equipamentos sociais, muitos equipamentos de atendimentos, que hoje acontecem no Estreito e dentro da ilha, talvez, com o tempo, sejam construídos mais na área continental e, com isso, diminuirão um pouco o movimento. Se não buscarmos uma alternativa para diminuir a concentração dos equipamentos, como por exemplo, de hospitais, de todo o setor administrativo, dentro da ilha, sempre vai faltar ponte, ou seja, nunca vamos chegar a atender a essa necessidade de facilitar o acesso à ponte.

Eu conheço Florianópolis desde 1973 quando passei no vestibular para medicina e, daquela época até agora, não lembro do tempo em que a gente entrava facilmente em Florianópolis. Passaram-se mais de 40 anos e vejo que a dificuldade do trânsito é sempre a mesma. Da ponte velha já se construiu mais uma ponte, a Pedro Ivo Campos; depois, a Colombo Machado Salles, mas nunca diminuiu significativamente o ingurgitamento nas cabeceiras das pontes, enfim, a dificuldade para entrar e sair da ilha sempre foi igual, justamente porque quando se faz mais uma ponte já se constrói mais uma coisa para aumentar a necessidade de vir à ilha.

E me preocupa porque agora as obras do contorno viário da Grande Florianópolis não serão concluídas até 2017. A Fiesc, cujo presidente é o dr. Glauco Corte, levantou um estudo sobre as declarações de utilidade pública dos terrenos que estão sendo indenizados para a construção da rodovia, e existe um atraso nessas declarações, mas com relação à indenização dos terrenos, da área onde será construída a rodovia, 90% das indenizações já estão bem encaminhadas, quase resolvidas.

Mas as licenças ambientais referentes ao impacto em oito comunidades indígenas - porque existe índio em todos os lugares, aliás, eu ainda tenho que descobrir qual é a diferença entre índio e outra pessoa qualquer, pois não sei qual é a diferença que estão colocando aqui - que podem inviabilizar o início dos trabalhos da Autopista, que previa a construção dessa rodovia, apenas 50km, mas que vai levar três ou quatro anos para sair.

Agora, nesse trecho de 50km, foram liberados apenas 14km, que fica entre os KM 211 e 225, que inclusive, já foram remarcados, já começaram a cerca, a terraplanagem, enfim, os trabalhos. Mas se não resolverem a pista inteira não vai resolver fazer o trecho inteiro, não vai resolver fazer 90% da rodovia, porque não vai ligar nada a lugar nenhum e vai ser inútil enquanto a rodovia não estiver totalmente pronta.

Nós queremos chamar a atenção e, com o respeito que precisamos ter com os nossos irmãos indígenas, mas todos são gente! Qual é a diferença de um indígena para um alemão, italiano, do polonês ou japonês? Por que o índio tem esse direito que é dado através da Funai. Imagino que deve ter alguns elementos criando dificuldades, talvez para encontrar alguma facilidade no meio do caminho. Cito aqui a obra do Morro dos Cavalos, que desde os anos 97/98 não sai esperando a licença para construir quatro pistas, onde era um acostamento e poderia ter sido construído antes, mas que ficou atendendo a essa burocracia, a essas

exigências da Funai e, por isso, tanta gente morreu naquele trajeto.

Então, agora, é capaz de milhares de pessoas ficarem passando trabalho para chegar aqui em Florianópolis justamente para atender algumas picuinhas de algumas dezenas de índios que, imagino, não eram índios, mas alguns representantes deles que, certamente, estavam buscando outras coisas que não era a construção da estrada, tanto é que a quarta pista foi construída e no futuro será feito tudo.

Então, porque demorar tanto tempo e criar essa dificuldade? Torço, sr. presidente, que nesses 5km de contorno que vai ter um custo financeiro elevado, mas que vai gerar um benefício muito grande para a Grande Florianópolis, ocorra um pouco do deslocamento do eixo de construção civil em desenvolvimento, pois isso vai gerar um benefício para muita gente, também para os transeuntes, pois precisamos dessa obra o quanto antes.

Então, quero colocar-me à disposição para a Assembleia Legislativa encaminhar aquilo que for necessário para ganharmos agilidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero, nesta tarde, saudar todos os colegas deputados, as deputadas, todos que nos acompanham nesta Casa, também quem nos acompanha pela nossa TVAL e Rádio Alesc Digital. Eu estive, na última quarta-feira, e quero inclusive justificar minha ausência nesta Casa, participando de um debate na cidade de Concórdia, de um evento, na nossa avaliação, muito importante, onde a Central Cresol Santa Catarina e Rio Grande do Sul, chamou suas entidades filiadas e parceiras, também lideranças, esteve presente o deputado federal Pedro Uczai, para debater sobre a agricultura familiar que queremos e que vamos construir para o futuro no nosso país. Houve um profundo debate sobre o papel do crédito agrícola

e da perspectiva de rumo da nossa agricultura familiar.

Foi um belo debate, quero parabenizar à Central Cresol, todos os seus dirigentes, colaboradores, cooperativas de crédito dos municípios que estiveram presentes, entidades que fizeram exposições e debates sobre esse tema, porque temos clareza, e já estamos há quase 30 anos discutindo esse tema, de que o capitalismo no meio rural, o ter está muitas vezes acima da pessoa humana, do ser humano, e não se respeita muitas vezes a dignidade da pessoa. E a agricultura familiar está dentro dessa realidade.

Foi um debate extraordinário, uma elaboração importante e que vai ajudar futuramente a construir políticas, projetos e leis com a perspectiva de ajudar a agricultura familiar. Foram debatidos temas como agroecologia e a sustentabilidade. Levamos para o debate o tema sobre o desenvolvimento sustentável e solidário para o meio rural e a inclusão na agricultura familiar.

Infelizmente, por várias ações, pela própria questão do modelo e estratégia do crédito agrícola, pelo questionamento do crédito, a grande maioria opta pela compra de insumos químicos, agrotóxicos, de grandes máquinas que, muitas vezes, não são usadas pelos agricultores, porque não há demanda para uma máquina tão grande e poderia ser resolvida com uma máquina menor.

Então, tudo isso está em discussão, olhando-se, principalmente, para o futuro, especialmente para o papel central da agricultura familiar e para a produção de alimentos.

Eu estou muito honrado em ter sido convidado a participar dessa discussão, desse debate, que durou o dia todo e contou com grandes palestrantes do governo federal, de instituições financeiras, das organizações não governamentais - ONGs -, que fizeram tentativas de olhar para os próximos 30 ou 40 anos para a agricultura familiar.

Quero ressaltar a importância de um debate como esse para olhar para o futuro, de fato,

porque já diziam grandes pensadores: "Se você não sabe para onde está indo, qualquer caminho serve."

E na agricultura familiar temos que ter certeza para onde queremos ir e como estamos construindo a estratégia do desenvolvimento e as políticas públicas, como créditos, educação, a preparação dos técnicos, funcionários e agrônomos, que estão atuando na agricultura familiar, em empresas como Cidasc, Epagri e outras. Enfim, que modelo se constrói e para onde vai. Esse debate precisamos fazer permanentemente.

E quero também ressaltar que temos recebido, falando em agricultura familiar, muitas reclamações e denúncias.

Tenho lido vários pronunciamentos, questionamentos e preocupações de entidades, como a Fetraf Sul, a Faesc e outras organizações que estão cobrando ações sobre o roubo de animais no meio rural catarinense. O roubo de gado tem sido grande, muitas vezes vacas de leite dos próprios agricultores, animais de trabalho de agricultores familiar. Então, isso está acontecendo muito no interior do nosso estado, como foi há uns na região de São Lourenço. Felizmente tivemos uma ação firme da secretaria de Segurança Pública e foi resolvido por um período. Então, precisamos ter uma ação mais enérgica do estado com relação e isso.

Por último, quero dizer que hoje à noite vamos viver um momento muito especial, nesta Casa, quando homenagearemos entidades, personalidades que ajudam o nosso povo no desenvolvimento do nosso estado e a prestar serviços ao povo catarinense. E nós tomamos a decisão, no nosso to coletivo de homenagear nesta noite a Federação dos Trabalhadores Municipais de Santa Catarina. É uma federação que atua com servidores e sindicatos de municipais, e pessoas que estão lá na ponta, muitas vezes, atendendo o conjunto da sociedade na área da saúde, da educação, enfim, em todas as áreas nos municípios. Outros estão cuidando das estradas, trabalhando com as máquinas, outros trabalhando na agricultura, especialmente na agricultura familiar.

Então, a todos esses servidores públicos municipais que vêm prestando serviço à sociedade catarinense queremos hoje à noite homenagear, na nossa indicação da comenda deste Parlamento. Em nome do Liseo Mazioni, estaremos hoje representando no evento a federação tão importante criada em Chapecó, em 1999, que vem crescendo e, através dela, temos debatido o serviço prestado pelos municípios à população catarinense. Hoje homenagearemos Fetram - Federação dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira os primeiros minutos são destinados PPS.

(Pausa)

Não havendo oradores inscritos, o próximo horário está reservado ao PSOL.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero registrar acontecimentos institucionais do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar nos últimos dias. Hoje pela manhã, tivemos no Centro de Ensino da Polícia Militar um cerimonial militar, que chamamos formatura. Hoje, 25 de novembro é o Dia de Santa Catarina de Alexandria, que dá o nome ao nosso estado, é data de promoção de policiais militares aqui no nosso estado. 132 praças foram promovidos na data de hoje e queremos parabenizar a todos, assim como também aos 32 oficiais que foram promovidos e desejar êxito na carreira e na profissão, no tempo que falta ainda de serviço a ser cumprido na instituição.

No último sábado, estivemos no centro de ensino do Corpo de Bombeiros Militar para participar da cerimônia militar para a formatura de novos cabos e sargentos da Polícia Militar.

Trinta e sete companheiros bombeiros militares foram formados cabos e 56 bombeiros militares, já que integravam tantos cabos quanto sargentos da instituição da graduação de soldado ou de cabo. Cinquenta e seis cabos se formaram sargento mediante a realização do curso de formação de sargento. Inclusive a deputada Ada De Luca foi paraninfa desse curso de formação de sargento no Corpo de Bombeiros, na última sexta-feira.

Neste sentido, teremos, antes do final deste ano, outros eventos de formatura de policiais e de bombeiros militares como, por exemplo, na próxima sexta-feira, de 163 novos soldados do Corpo de Bombeiros Militares que estarão sendo formados. Esses jovens que fizeram concurso público e que ingressaram no Corpo de Bombeiros terminarão o curso de formação na próxima sexta-feira, sendo que dentre eles 32 mulheres formam-se bombeiras no estado de Santa Catarina na próxima sexta-feira, num total de 163.

Nós queremos parabenizar a instituição Corpo de Bombeiros Militar, a secretaria da Segurança e, por que não, o governo do estado por essas admissões, pelo fortalecimento da instituição e parabenizar, evidentemente, todos os formandos, seus instrutores, seus familiares, todos os bombeiros militares que se formam e também todas as bombeiras.

Quero dizer também, desde agora, que a instituição Corpo de Bombeiros Militar precisa estar consciente de que é uma realidade social e institucional a presença de mulheres na instituição, de forma que todos os quartéis do Corpo de Bombeiros Militar do estado precisam estar adequados para que essas profissionais bombeiras tenham, em cada quartel do estado, instalações físicas, a fim de que possam exercer lá a sua profissão de defesa da sociedade e ter a sua dignidade respeitada.

Alguém pode imaginar que houve algum episódio de desrespeito à dignidade da bombeira, mas não é disso que se trata. Trata-se, aparentemente, de pouca vontade de certos comandantes de não quererem bombeira em seu quartel, não adequando a

instalação física do quartel para receber a bombeira! De forma que fica restrito ou bastante restringido o número de unidades onde elas podem trabalhar. Nós consideramos que isso é em prejuízo da sociedade.

Então, quero parabenizar as instituições pelos avanços, pelas promoções, pela formatura, pelos ingressos. Sabe-se que novos 500 policiais militares ingressarão no começo do próximo ano, esses avanços são importantes, e temos que elogiar as instituições, o próprio governo por estar contratando mais efetivos na área da Segurança. E como deputado de Oposição, não tenho nenhuma dificuldade de fazer este registro porque tivemos mais de 7.000 promoções nos últimos quatro anos. Evidentemente que foi devido à luta dos praças, que é uma reivindicação histórica da nossa categoria, à luta da Aprasc, que tem sido bastante persistente e firme na defesa dessas promoções ao longo de todo o tempo e nos últimos quatro anos.

Enfim, quero parabenizar todos pelo avanço e dizer que eles precisam vir de uma modernização também das consciências, inclusive no sentido de entender uma nova realidade social e institucional, em que as mulheres prestam uma tarefa fundamental e imprescindível e, por que não dizer, para a melhoria da Segurança Pública no estado de Santa Catarina, não ocorrendo nenhuma forma de restrição ao seu ingresso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, ao cumprimentá-lo, quero cumprimentar todos os srs. deputados e as sras. deputadas, nesta tarde, neste plenário, e dizer que o Partido Progressista está

muito preocupado com o futuro da saúde no nosso país e no nosso estado. Nós vimos nesse momento, com as negociações salariais, com as dificuldades pós-eleição, agravar-se cada vez mais o quadro da saúde no nosso estado. São filas de pessoas aguardando para o tratamento, aguardando cirurgias, contratos que são assinados e que não estão sendo honrados, como é o caso do hospital de Araranguá, cuja folha de pagamento está há dois meses atrasada em função do não cumprimento por parte da secretária estadual de Saúde.

Nós temos buscado, no nosso mandato, contribuir, de uma forma efetiva, para a melhoria da situação nos hospitais filantrópicos e comunitários de Santa Catarina. Temos agora, na comissão de Finanças e Tributação, cujo relator é o deputado Gilmar Knaesel, o Projeto de Lei n. 591/2013, que isenta os hospitais filantrópicos do pagamento do ICM, principalmente nas suas compras e também nas contas de energia e de água.

Isso é uma maneira de apoiar esses hospitais, que, na verdade, estão cumprindo o papel que se tem de fazer com que o estado possa incentivar e apoiar esses hospitais, que estão cumprindo um papel público. São hospitais filantrópicos, comunitários, santas casas, que cumpre na sua essência um papel de serviço público de ajudar a atender pelo Sistema SUS, sem fins lucrativos. Por isso, merecem um olhar dessa Casa, dos nossos pares, de maneira diferenciada.

Veja bem os srs. que ao comprarmos, há tempo atrás, um automóvel, tínhamos isenção de impostos. Hoje, a linha branca de eletrodomésticos tem isenção de impostos. Mas, o mesmo hospital, ao comprar um equipamento de raios x, paga 30% de ICM, ao quitar uma conta de energia elétrica paga 25%, mas como é descontado por dentro, isso passa de 30%. Hoje, temos mais de 40 hospitais em Santa Catarina que não possuem certidão negativa junto à Celesc, porque estão devendo energia e estamos buscando junto à Federação dos Hospitais, uma equação para resolver isso, para parcelar essas dúvidas. Talvez, se o governador tiver sensibilidade, ajudar e apoiar esse projeto,

poderemos contribuir para que esses hospitais saiam da lista de devedores e passem a acessar os convênios públicos.

Eu quero pedir aqui o apoio aos nossos colegas já que esses hospitais são pequenos e médios, num número de 182 em Santa Catarina, dos quais cerca de 80% do SUS é feito por hospitais comunitários e filantrópicos.

O benefício é mais do que justo, porque esses hospitais, ao executar serviços de alto valor social são passíveis da máxima desoneração tributária. Se tiver que isentar alguém, que seja os hospitais que estão ajudando a atender a nossa população.

Então, quero pedir aqui o apoio dos nossos colegas para esse projeto, que amanhã estará tramitando na comissão de Finanças e Tributação, para que ele possa, até final do ano, tramitar nesta Casa para darmos, talvez, em dezembro, um presente, um gesto do poder público estadual para com os hospitais filantrópicos, uma vez que, em função da falta de reajuste da tabela do SUS, eles estejam amargando, no seu dia a dia, prejuízos enormes, enquanto atendem às pessoas pelo estado de Santa Catarina.

Fica aqui o pedido e o apelo.

Eu queria também comentar, na tarde de hoje, a nota do presidente da Organização das Cooperativas do estado de Santa Catarina, Marcos Antônio Jordam, que fala sobre a expectativa do segmento de uma lei que estabelece a política estadual de estímulo ao cooperativismo.

Santa Catarina é um estado exemplo de grandes cooperativas, de cooperativas agrícolas fortes de crédito da área da saúde, mas é um dos poucos estados da federação que ainda não tem uma lei própria de estímulo e de apoio ao cooperativismo.

Por isso, o presidente da Ocesc faz um desabafo, no dia de hoje, no jornal *Diário Catarinense*, pedindo que seja necessário, o mais rápido possível, a aprovação de uma lei que possa fortalecer ainda mais esse setor, que já é fundamental na economia e na organização social de Santa Catarina.

Vejam vocês que as cooperativas catarinenses faturam, deputado Darci de Matos, por ano, R\$ 20 bilhões, e envolvem 1,5 milhão de famílias catarinenses. O cooperativismo está no DNA do catarinense!

Por isso, é mais do que justo que tenhamos uma lei de incentivo a esse segmento que o beneficie e o potencialize ainda mais. Vemos o que as cooperativas de crédito fazem pelo estado afora, as cooperativas agrícolas, que são carros-chefes do agronegócio catarinense, as cooperativas do segmento da saúde, de outros segmentos, que têm feito um grande trabalho.

Por isso, neste artigo, o presidente ressalta a importância de um controle para evitar que ocorram casos como a fraude do leite, que prejudicou o segmento e acabou manchando a imagem do cooperativismo catarinense por pessoas com falta de escrúpulos, mas também porque o estado não tem uma estrutura apropriada para fiscalizar os fraudadores que causam prejuízos para a agricultura familiar, para os pequenos agricultores, porque Santa Catarina não tem um laboratório capaz de estar à frente dos fraudadores.

E hoje indústrias estão fechando, produtores estão deixando de vender a sua produção e precisamos organizar cada vez mais o setor na agrícola junto ao setor cooperativismo.

Fica aqui o desabafo do presidente Marcos Antônio Zordan que, nos 17 anos da Ocesc, cancelou o registro de mais de 430 cooperativas que funcionavam com um determinado grau de irregularidade, ficando no segmento, sobrevivendo, aquelas que cumpriram a legislação e que cumpriram a sua finalidade na filosofia do cooperativismo.

Hoje, sem uma lei que regule o setor, a sociedade também fica à mercê de cooperativas que vêm explorar o segmento sem estarem adequadas à filosofia do cooperativismo.

Fica aqui o meu registro e apelo para que no próximo ano, na próxima Legislatura, esta Casa possa aprovar uma lei, um estatuto do cooperativismo, regulando esse segmento que

repito, é crucial para a economia de Santa Catarina.

Precisamos, nesses próximos anos, fortalecer ainda mais o cooperativismo, seja na área de crédito, seja na área de serviços, seja na área do agronegócio da agropecuária catarinense.

Fica aqui o apelo e o desafio aos deputados catarinenses para que, na próxima Legislatura, Santa Catarina possa contar com uma lei que regule o setor do cooperativismo em nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera.) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Aldo Schneider, líder do governo, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Obrigado sr. presidente, boa-tarde srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, enfim, comunidade catarinense.

(Passa a ler.)

"Amanhã vou participar, em Brasília, junto com o deputado federal Rogério Mendonça, o Peninha, de uma audiência pública sobre o projeto que revoga o Estatuto do Desarmamento, Lei 10.826/2003.

A votação do relatório está prevista ainda para este ano, para o dia 10 de dezembro.

O Projeto de Lei n. 3722 flexibiliza regras para o porte de armas de fogo pela população brasileira e cria as normas para a sua comercialização.

O Estatuto do Desarmamento, que entrou em vigor desde dezembro de 2003, não reduziu a violência no Brasil. Mais de 55 mil pessoas são assassinadas todos os anos no Brasil.

No resultado do referendun, 64% da população brasileira votou não à proibição de armas e munições. Mais de 60 milhões de brasileiros. Nenhum candidato a presidente da República alcançou esse numero de votos: 60 milhões.

Precisaremos de uma lei para controlar, não para impedir que o cidadão tenha acesso a uma arma. Na prática, senhores, estamos fazendo com que seja cumprido o referendo que foi realizado em 2005, no Brasil.

Ponha-se na pele de um assaltante. Há duas pessoas para abordagem, uma armada e outra sem arma. Qual será a vítima? Reagir a assalto é pior. Canso de ver na imprensa caso de pessoas que não se mexem durante o assalto, entregam tudo sem dizer uma palavra e são torturadas, estranguladas, esquarterjadas. A crueldade dos criminosos é alimentada pela passividade do cidadão de bem brasileiro.

Não estou aqui defendendo que as pessoas reajam a qualquer tipo de abordagem, a um assalto, o que defendo é que quem quiser reagir e estiver preparado, tenha este direito, mas que possa fazer de igual para igual, nas mesmas condições que o meliante.

O estado está intervindo na vida pessoal do cidadão como se o cidadão não tivesse condições de decidir o que ele quer fazer, comer, beber, jogar, dialogar, enfim, não defendo que cada pessoa compre uma arma e a coloque na cintura e saia por Santa Catarina afora fazendo bang bang. Há uma série de requisitos que precisam ser cumpridos para comprar, para importar uma arma. Este pensamento é meu e do meu ilustríssimo amigo deputado federal, Peninha.

Segundo o Projeto de Lei, a pessoa precisa ter 21 anos no mínimo (atualmente a idade é de 25 anos); comprovar residência e emprego fixo; não possuir antecedentes criminais; não estar sendo investigado em inquérito policial por crime contra a vida; ter sido aprovado no curso de manuseio de armas e tiro, e comprovar sua sanidade mental.

De cada dez armas apreendidas no Brasil, oito são de fabricação nacional, isso quer dizer que 80% das armas que estão nas mãos dos criminosos um dia já foram do cidadão de bem? Não. Não necessariamente.

A fabricação nacional de armas tem foco no mercado estrangeiro. O Brasil é o sexto maior

exportador de armas do mundo, o que acontece é que ela sai das nossas fronteiras e acaba voltando para o Brasil de forma ilegal.

Se um bandido aparecer no quintal de casa de um agricultor, ele pega o telefone e disca 190 e espera a polícia chegar? Muitas vezes nem há telefone, muitas vezes não tem como ter acesso à informação, não tem arma. O que cabe a este agricultor é ver o seu patrimônio ser dilapidado e muitas vezes, pagando com a própria vida.

Alguns dados para conhecimento da sociedade catarinense, com relação a essa questão do armamento.

Em 1929, a União Soviética desarmou a população. De 1929 e 1953, cerca de 20 milhões de dissidentes políticos foram exterminados pelo Partido Comunista, exatamente pelo fato de não terem condições de se defender.

Em 1935, a Alemanha Nazista desarmou a população 'não ariana'. De 1935 a 1945, cerca de 13 milhões de judeus, eslavos, ciganos, poloneses e turcos, considerados racialmente inferiores, foram exterminados.

Também em 1935, a China desarmou a população. De 1948 a 1952, 20 milhões de dissidentes políticos foram eliminados pelo Partido Comunista Chinês.

Vejam algumas comparações. Nos Estados Unidos onde o porte de armas é permitido, acontece 8,8 assaltos para cada mil habitantes.

Na Inglaterra, onde o porte de armas é proibido, acontecem 20 assaltos para cada mil habitantes.

Na Virgínia, nos Estados Unidos, são cinco homicídios para cada 100 mil habitantes. Aqui no Brasil, em Pernambuco, são 50 homicídios para cada 100 mil habitantes.

Em Washington, onde a proibição é total, simplesmente é o estado americano mais violento. No estado americano do Alabama, praticamente não existe residência sem um rifle ou espingarda. Criminosos comentam frequentemente, em pesquisas e entrevistas, que evitam arrombamentos porque no

Alabama é o estado onde o porte de arma é permitido.

A Universidade de Massachussets, nos Estados Unidos, realizou pesquisa entre criminosos encarcerados nas prisões americanas. Seus resultados, por si só, bastariam para encerrar qualquer discussão sobre controle de armas. Vejam só! Oitenta e oito por cento dos marginais disseram que obtém armas de fogo, apesar de qualquer restrição legal; 74% afirmaram evitar entrar em residências onde sabem que alguém está armado; 57% declararam temer um cidadão armado do que um policial; 56% dos criminosos declararam não abordar vítimas que eles suspeitam estarem armadas; 40% afirmaram já terem desistido de algum crime por desconfiarem que a vítima estivesse armada; 34% deles revelaram como sendo seu maior medo levar um tiro da vítima ou da polícia.

A legislação brasileira é confusa, pois 16 anos de idade o moço pode decidir o futuro do país através do voto; aos 18 anos pode dirigir um carro; aos 21 anos pode se candidatar a prefeito, a deputado e tantas outras funções; aos 25 anos ele tem idade mínima para que possa fazer o registro da sua arma. Portanto, um moço que vai servir o Brasil, através das Forças Armadas Nacionais, quando volta desse trabalho, tem que esperar sete anos para poder portar uma arma. No Brasil, 2,5 milhões de pessoas possuem armas legalizadas (1,25% do total). Desarmar esses 1,25% dos habitantes resolverá o problema da falta de segurança?

O tiro ao alvo é um esporte menos perigoso que o futebol. Saiba que você está mais seguro num clube de tiro do que em um estádio. Não se tem qualquer notícia de competidores que, em um torneio de tiro, mataram-se uns aos outros, porque os perdedores não admitiram a derrota. Mas são comuns partidas de futebol que acabam em verdadeiros massacres. Nem por isso alguém pensou em propor a proibição do futebol.

No Brasil, acidentes de automóveis causam mais de 20 mil mortes todos os anos, segundo o Denatran. Fontes não oficiais falam em até 37 mil

mortes anualmente e mais de 600 mil feridos. A cada feriadão prolongado as estradas brasileiras e aqui em Santa Catarina tornam-se um banho de sangue. Devemos, então, propor campanhas educativas para o uso de veículos.”

Diante desses fatos, eu o deputado federal Peninha, travamos uma campanha em nível de Brasil, para que possamos ter a responsabilidade de ter uma arma e não a proibição. E por isso, estamos fazendo essa cruzada por Santa Catarina e pelo Brasil, para que a população brasileira possa ter a condição de escolher entre ter ou não uma arma.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede uma parte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Um dia um professor universitário fez a seguinte manifestação: Podem liberar todos os presidiários que nós temos hoje que não vai mexer basicamente em nada o índice de criminalidade nesse país. Aí a pergunta lógica foi: Por quê? Porque temos três vezes mais mandados de prisão de condenados para serem cumpridos e não temos aonde colocar todos esses presos. Agora pergunto: Você acha que a pessoa do mal vai ter dificuldade para conseguir uma arma, para se armar, para conseguir fazer aquilo que é o seu intento, que é causar o mal às pessoas e ao patrimônio? Não vai ter problemas. E aí nós ficamos encontrando problemas para uma pessoa do bem proteger a sua família, o seu patrimônio, que é ter a sua própria arma, para fazer a sua defesa. Então, é uma distorção enorme no meio do projeto e do conceito.

Então, quero somar-me a essa sua força e a do nobre colega, deputado Peninha, para abraçarmos essa causa e conscientizarmos de que nós somente vamos dar segurança às pessoas dando essa oportunidade para que elas possam, legalmente, ter a sua arma e fazer a sua proteção.

Parabéns pela iniciativa e por trazer esse tema ao debate. É um tema que pouca gente quer questionar, quer discutir, mas é um tema muito importante e merece destaque.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Insiro as suas colocações ao nosso pronunciamento. Para você catarinense que está me assistindo, neste momento, para que você consiga entender um pouco o que, efetivamente, nós estamos pleiteando. A Lei n. 3.722, de autoria do deputado Peninha, ela nada mais faz do que flexibilizar o acesso para quem quer ter uma arma em nível do Brasil. E na prática ela diminui a idade para que uma pessoa possa aos 21 anos adquirir a sua arma, passando, logicamente, por todos os requisitos já mencionados.

E a outra questão é que o Poder Discricionário, hoje, cabe somente à Polícia Federal. E o que nós estamos pretendendo na Lei n.3.722 é de que este poder passe às Polícias Civas dos estados brasileiros. Por quê? Porque são elas que têm condições e conhecimento de cada caso, em cada canto, em cada cidade do Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero saudar todos que acompanham esta sessão.

Hoje é um dia especial para a nossa Assembleia, porque teremos aqui a sessão solene de entrega da Medalha do Mérito Legislativo Catarinense.

Quero valorizar e reconhecer as pessoas que fazem, que trabalham pelo nosso estado. A gratidão, a valorização, o reconhecimento são valores fundamentais para o ser humano. E os deputados vão cada um fazer a sua homenagem, a sua entrega a algum cidadão catarinense pelos serviços

prestados. Teremos várias pessoas conhecidas sendo homenageadas. Eu cito aqui o caso do ex-deputado e, hoje, conselheiro, Julio Garcia, que é homenageado do nosso colega, deputado, José Nei Ascari. O Julio Garcia que na sua trajetória de vida marcou Santa Catarina por ações, pelos seus atos e pela preocupação com o bem-estar da população do nosso estado.

O Julio Garcia, que foi funcionário do Banco do Estado de Santa Catarina e deputado, hoje conselheiro do Tribunal de Contas, é autor, dentre muitos projetos - mas esse, especialmente, marcou a sua passagem por esta Casa quando foi presidente, aliás, foi o primeiro presidente eleito por unanimidade - do projeto que destina recurso do Fundo Social, mensalmente, às Apaes do nosso estado. É uma homenagem meritória, uma escolha e uma lembrança muito feliz do nosso colega.

Nós tivemos a iniciativa de homenagear o empresário Paulo Cesar Stürmer, que é da construção civil e tem uma história de vida muito bonita.

Paulo César Stürmer é um empresário muito conhecido e que, além disso, apoia projetos filantrópicos na área da Saúde, socioeducativos e culturais, além de algumas escolinhas esportivas voltadas a crianças carentes, que ninguém sabe. É um empresário conhecido, todos conhecem as suas obras, as suas empresas, mas ele, no anonimato, faz um trabalho social também muito grande.

Assim como já tivemos a oportunidade de homenagear o padre Hélio da Cunha, da paróquia de Campinas e Kobrasol, em São José, pelo seu trabalho comunitário, social e religioso nesta oportunidade, no dia de hoje, escolhemos para essa homenagem o empresário Paulo César Stürmer.

(Passa a ler.)

"Paulo César Stürmer nasceu em 28 de setembro de 1956, na cidade de Três Passos, Rio Grande do Sul. De origem humilde, desde cedo começou a ajudar o pai nas entregas da padaria, negócio que por muitos anos sustentou sua família. Mais tarde, ao completar o ensino médio, abriu mão do convívio

familiar e foi cursar Engenharia Civil na capital, Porto Alegre, onde se graduou em 1981 pela PUC.

Após isso, ele foi para município de Descanso, no extremo oeste do estado. Foi o responsável técnico da prefeitura daquele município e montou um escritório de elaboração e execução de projetos residenciais e comerciais.

Em 1987 fundou, naquela cidade, a empresa Macodesc Material de Construção Ltda. e objetivando o crescimento da empresa, em 1992, mudou a sede da mesma para a cidade de São Miguel d'Oeste, onde está estabelecida até os dias atuais.

Atualmente, a empresa é referência pela execução de diversas obras importantes no estado, destacando-se em obras de incorporação, residenciais, comerciais, industriais, escolares, hospitalares e de segurança pública. As empresas do grupo possuem 55 mil m² de obras em andamento e empregam 300 colaboradores diretos.

Da mesma forma, como trabalha para sua exitosa trajetória profissional, sempre foi uma personalidade muito participativa na comunidade. É membro efetivo de clubes de serviços, diretorias e associações comunitárias. Destaque para a presidência do Rotary Club tendo seu trabalho reconhecido pelo prêmio Destaque Distrital e Paul Harrys. Foi presidente do Sinduscon Extremo Oeste, Sindicato Patronal da Construção Civil, onde atua hoje como delegado junto à Fiesc. Apoiar projetos filantrópicos ligados à saúde, também socioeducativos e culturais, voltadas às crianças carentes."

Então, por essa razão, faço essa homenagem, assim como já tive a oportunidade, nesta Casa, de homenagear o padre Hélio da Cunha, da paróquia da Campinas, onde a minha mãe, dona Joventina também é ministra e participo de vários eventos, acompanho e sou testemunha do empenho do referido padre pelo bem estar social. E essa também é a nossa homenagem ao engenheiro Paulo César Stürmer, à sua família, aos grupos colaboradores, enfim a todos que acompanham e conhecem o trabalho que o Paulo desenvolve.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Sr. presidente, rapidamente eu gostaria de citar as presenças das vereadoras Carla do PTB e Renilse, do município de Três Barras.

Sejam bem-vindas!

Deputado Maurício Eskudlark, sei que v.exa. foi bem votado nesses municípios, nasceu no município de Canoinhas e ajuda todo o estado de Santa Catarina, mas sobretudo, o planalto.

Quero também fazer um elogio ao técnico-advogado dr. Alexandre Waltrick, que é o presidente da Fatma, que tem feito uma gestão, deputado Padre Pedro Baldissera, com inteligência e dedicação, mesmo com dificuldade e carência de técnicos, e tem dado celeridade aos projetos de licenciamento que são fundamentais para Santa Catarina.

Portanto, aos técnicos da Fatma, ao presidente Alexandre Waltrick, os nossos elogios, os nossos parabéns pela eficiência e pela dedicação, pela transparência e acessibilidade aos cidadãos catarinenses que procuram a instituição, que é muito importante para o nosso estado.

Quero dizer que a presidente Dilma Rousseff venceu as eleições e está no momento da formação do seu ministério, Padre Pedro Baldissera, e a nossa preocupação com a nova política econômica da presidente Dilma é exatamente com todo o contexto econômico do Brasil, sobretudo com a questão da nossa indústria, que muito contribui para o PIB de Santa Catarina, do Brasil, e que se encontra num momento muito difícil em virtude da alta carga tributária, da falta de infraestrutura. Enfim, esperamos que a nossa presidente Dilma Rousseff possa, neste seu mandato, deputado Mauro de Nadal, consagrar-se como presidente que dá competitividade, e que ela possa preparar o Brasil para ser um país competitivo. Por quê? Porque o presidente Fernando Henrique Cardoso deu estabilidade econômica para o Brasil, Deputado Maurício Eskudlark, isso é inegável, foi

fundamental, e o presidente Lula também é inegável que foi o presidente do social, dos grandes programas sociais para o Brasil. E a presidente Dilma Rousseff, no meu entendimento, deverá ou deveria ser a presidente da competitividade. Por isso e para isso ela precisa preparar o Brasil, em termos de energia, de infraestrutura, de portos, de ferrovias, dando uma atenção especial à nossa indústria que vive momentos difíceis. E dessa forma, o Brasil poderá voltar a crescer, a exemplo dos países aqui dos arredores que estão crescendo e que cresceram muito nos últimos anos passando o Brasil, inclusive. Muitas empresas foram embora para o Paraguai, para outros países; e muitas, compraram produtos da China e não estão produzindo mais aqui.

Isso desemprega e trás prejuízos para o nosso país.

Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Muito obrigado, presidente Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, deputado Darci de Matos. Eu acho que são muito pertinentes as afirmações de v.exa., principalmente a preocupação dos brasileiros com os rumos da economia. E fico na torcida para que o mais rápido possível a presidente eleita, a presidente Dilma, escolha o caminho, as melhores pessoas para a condução da política econômica e para que realmente os empresários, os cidadãos sintam-se seguros com os rumos que o nosso país vai seguir.

Esperamos que seja melhor possível essa expectativa. Estamos na torcida e juntos nessa caminhada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses que acompanham esta sessão. Nós estamos chegando quase ao final do mês de novembro, mês que vivenciamos o Novembro Azul, em função da questão da saúde do homem, especialmente nas ações de prevenção ao câncer.

E queria tecer comentário sobre a importância desses momentos de reflexão e ações de prevenção com relação à saúde. Hoje, na comissão de Constituição e Justiça, apreciamos ou iniciamos a apreciação de um projeto que tratava de estabelecer também uma data com relação ao câncer infantil, deputado Marcos Vieira. E percebemos como são importantes esses eventos, essas ações na saúde preventiva. Talvez o investimento fosse suficiente se maior parte dos recursos estivessem direcionados às áreas da saúde preventiva.

Inclusive vou destacar que na última sexta-feira, em Brasília, ocorreu o I Simpósio de Atenção Integrada a Saúde dos Homens, devido ao Novembro Azul, que teve exatamente o objetivo discutir a saúde do homem de forma integral. Foi um evento organizado pelo ministério da Saúde.

Mas fiz essa introdução porque quero me referir a mais uma ação importante, que está acontecendo no Brasil com relação à saúde, que é o fato de o Brasil passar a produzir um medicamento inovador contra a tuberculose.

(Passa a ler.)

"De acordo com a Fiocruz, somente no ano passado, o Brasil registrou mais de 71.123 mil novos casos de tuberculose.

Nesta segunda-feira, exatamente dia 24 de novembro, foi anunciado que a Fundação Oswaldo Cruz, a Fiocruz, obteve o registro de novo medicamento contra a tuberculose.

O deferimento foi dado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), e essa formulação em dose fixa combinada é a mais eficaz no combate à tuberculose".

Portanto, temos uma notícia importante para a saúde, principalmente com relação à questão da

tuberculose, a partir do momento em que o Instituto de Tecnologia em Fármacos, da Fundação Oswaldo Cruz, passa a ter essa licença, esse registro desse novo medicamento.

(Continua lendo)

"É importante também ressaltar que no caso da tuberculose, que é uma doença infecciosa e transmissível, são notificados anualmente cerca de seis milhões de novos casos em todo o mundo. Embora curável, em praticamente 100% das pessoas a doença ainda mata mais de um milhão por ano em função da falta de tratamento".

Então, sr. presidente, quero fazer o registro da importância desse novo medicamento, também da obtenção do registro pela Fiocruz, principalmente da importância de se investir, de fato, na saúde preventiva, além, é claro, da saúde curativa. Agora, os governos estão apreciando os seus orçamentos, e nós, nesta Casa, com o Orçamento do estado em tramitação, é importante e fundamental estarmos atentos para que o valor destinado a saúde seja, de fato, condizente com as necessidades.

Inclusive apresentamos emenda ao Orçamento do estado contemplando a área da Saúde do trabalhador, que nosso entendimento, não estava devidamente contemplada, e esperamos que, na tramitação do Orçamento do estado fiquem, de fato, assegurados recursos suficientes para cobrir as grandes necessidades da saúde catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Neodi Saretta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) -

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0128/2014, 0453/2014 e 0483/2014.

Comunica, outrossim, que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0124/2014.

Comunica, também, que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0550/2014, 0612/2014, 0617/2014, 0629/2014, 0658/2014, 0663/2014 e 0677/2014.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0298/2014, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 5.778, de 1980, que declara de utilidade pública o Hospital de Caridade e Maternidade São José, de Urubici.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0003/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que dispõe sobre a política de conscientização e orientação sobre doação de sangue no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0017/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que dispõe sobre a

Semana do Check-up Juvenil na rede pública de saúde e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0019/2013, de autoria do deputado Valmir Comin, que institui a Semana Estadual de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0024/2014, de autoria do deputado José Nei Ascari, que institui o Dia Estadual de Prevenção e Informação sobre Esclerose Múltipla.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0115/2014, de autoria do deputado Aldo Schneider, que institui o Dia do Oficial da Infância e Juventude no Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0123/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que denomina Edison Luiz Hoffmann a sede da Associação Catarinense de Deficientes (ACD), no município de Canoinhas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0148/2014, de autoria do deputado Serafim Venzon, que institui, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a Semana da Conscientização à Destinação ao Fundo para a Infância e Adolescência Estadual (Fia).

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0252/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que institui o Dia Estadual da Consciência Jovem, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 458, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 459, de autoria do deputado Aldo Schneider; 460, de autoria do deputado José Nei Ascari; 461, de autoria do deputado Reno Caramori; 462, 463 e 464, de autoria do deputado Neodi Saretta; 465, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Esta Presidência também comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 836, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 837, 838 e 839, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 840 e 841, de autoria do deputado Silvio Dreveck.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário o Pedido de Informação n. 64, de autoria do deputado Serafim Venzon, solicitando à Secretária de Estado da Saúde, informações sobre o Programa Novembro Azul, no que diz respeito a hospitais e clínicas cadastrados pelo governo para atender ao programa, bem como o número de biópsias realizadas e resultados de diagnósticos positivos para o câncer de próstata, no período de janeiro a outubro de 2014.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em Votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

Passamos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Darci de matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, sr. presidente, quero, com satisfação, registrar aqui a presença dos representantes do Corpo de Bombeiros Voluntários de Balneário da Barra do Sul, município próximo do norte de Joinville. Estão aqui presentes Ronaldo de Borba, que é o comandante; Elias Silveira, que preside o Corpo de Bombeiros e o Marcio de Borba, que é o vice-presidente do Corpo de Bombeiros Voluntários.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado padre Pedro Baldissera) - Feito o registro do deputado Darci de Matos.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a sessão,

convoca outra, solene, para hoje, às 19h, para a concessão da Comenda do Legislativo Catarinense.

Está encerrada a sessão.